



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Identidades, Valores e Modos de Vida

AS IDENTIDADES E A “POLÍTICA DOS TEMPOS SOCIAIS”

ARAÚJO, Emília

Doutoramento em Sociologia

Universidade do Minho

era@ics.uminho.pt

Resumo

A análise sobre as identidades e os modos de vida nos tempos atuais embate constantemente no exercício e na validade da democracia como regime político aberto à participação e à expressão das autenticidades. Podemos afirmar, aliás, que a democracia, designadamente na modalidade participativa, constitui hoje, em plena experiência de uma série de rupturas, um ponto central de preocupação na teoria social. Dois elementos centrais indispensáveis a este debate, com necessidade subsequente de intervenção, dizem respeito ao espaço e ao tempo. Esta comunicação visa apresentar uma análise crítica das temporalidades sociais actuais, perspectivando um reposicionamento da relevância do conceito de “política de Tempo”, tanto ao nível da interpretação como da intervenção sobre a trajectória do mundo social presente, nacional e transnacional. Sobretudo, pretende-se mostrar a relevância da análise do modo como a(s) política(s) lidam com o tempo e se reflectem nas identidades individuais e colectivas, lidas sob a perspectiva do presente e do (seu) futuro.

Abstract

The analysis about the identities and life styles nowadays clash constantly with the exercise and validity of democracy as a political system open to participation and expression of authenticity. We can say, incidentally, that democracy, particularly in participatory mode, is now in full experience of a series of disruptions, a central concerning social theory. Two central are elements essential to this debate, with the subsequent need for intervention: space and time. Space and time are objects of policy, as well as conditions for individual actions, institutional and collective decision. This communication aims to present a critical analysis of current social temporalities, proposing to reflect on the relevance of the concept of “time policy”.

Palavras-chave: tempo; democracia; política; sociedade

Keywords: time; policy; democracy; society

[PAP1317]

AS IDENTIDADES E A “POLÍTICA DOS TEMPOS SOCIAIS”

Introdução

A sociologia do tempo constitui um ramo recente da sociologia que se dedica a estudar o modo como os humanos entendem o tempo e o usam no quotidiano, dando-lhe sentido e valor (Adam, 1990). Há quase tantas definições da sociologia do tempo, quanto os autores que iniciam uma pesquisa sob os seus paradigmas e abordagens (Araújo, 2011). Uma das razões para esta pluralidade prende-se com a dispersão da temática em várias áreas disciplinares e que incluem a Antropologia, a Economia e a Filosofia. Outra relaciona-se com o fato de o tempo ser transversal à experiência humana e, por isso, ser susceptível de análises a várias escalas e níveis. Na perspectiva de Bergmann (1992:81), há, pelo menos, cinco dimensões centrais que podem ajudar a classificar os interesses dos autores que mais direta ou indirectamente tenham versado sobre o conceito de tempo.

As orientações temporais definem as direcções e os sentidos da ação dos sujeitos no tempo futuro. Os estudos procuram, neste sentido, analisar qual é a extensão e a profundidade do futuro que caracterizam indivíduos, grupos ou classes sociais. Um dos elementos analisados é, justamente, a capacidade de adiar recompensas, a capacidade de espera e de resiliência. As orientações temporais são ainda estruturantes na análise da política, designadamente através do planeamento. Importa anotar as preocupações dos autores com a tecnologia e a sua força definidora dos futuros da sociedade, as imagens do futuro (idealismo e utopismo), as vertentes do desenvolvimento das políticas sociais e, ainda, a análise sobre os movimentos sociais e a sua ação na criação de eventos históricos. Outros autores, nomeadamente na Antropologia, dedicaram-se mais ao estudo das orientações temporais a partir das variações interculturais (Evans-Pritchard, 1940; Gell, 2000). Há ainda outros cujo objetivo foi estudar, mais especificamente, o passado e a forma como as sociedades lidam com esta modalidade temporal.

Os esquemas de regulação temporal constituem um foco muito importante nos estudos sociais do tempo. Tal como frisa Bergmann (1992, p.99), cada sociedade dispõe de um sistema de normas temporais que asseguram a base da coordenação de actividades entre os vários agentes que a constituem. Estas normas temporais expressas através de regulamentos ou de hábitos, calendários e horários, constituem as estruturas mais profundas de significado, emergem a partir dos modelos de organização subjacentes à existência de uma determinada sociedade. A identificação dos sistemas de ordenação temporal constitui uma tarefa importante, pois sob estes residem os modos de organização e de sustentação da sociedade, os quais envolvem modos de sincronização e de resolução de conflitos temporais.

Os sistemas de tempo referem-se as estruturas de ordenamento temporal que caracterizam diversos subsistemas, dentro da sociedade, no seu todo. Bergman (1992) dá vários exemplos, entre os quais o tempo das famílias, o tempo na económica, o tempo no Direito e o tempo organizacional. O autor demonstra que, de acordo com a sua especificidade, cada um destes “subsistemas” possui um conjunto de normas e de expectativas temporais que obrigam os indivíduos a desenvolver determinados comportamentos, assim como a pensar as suas trajectórias e as suas escolhas de uma forma específica.

Outros autores dedicaram-se ao estudo da evolução da consciência de tempo, de modo a perceber as suas variações, não só na perspectiva histórica, mas também na biográfica, isto é, ao longo dos processos de maturação e de envelhecimento do ser humano. A ideia fundamental que se extrai deste conjunto de análises é a de que a consciência do tempo (e, portanto, a sua percepção), variaram ao longo da história entre um nível mais concreto e sensorial, até um nível mais geral e abstrato. Ademais, conclui-se haver uma estreita interacção entre esta evolução ao nível da “consciência” e a evolução das estruturas temporais e dos ordenamentos implícitos nos modos de organização social e nos modos de interacção social, pelos quais as ordens sociais se reproduzem.

A mudança social é um dos pontos centrais nas abordagens sobre o tempo e as temporalidades. Constitui uma das preocupações mais salientes nos estudos das ciências sociais, em particular da sociologia. Tal como

explicita Bergmann (1992, pp. 120-123), a mudança social é um alvo preferencial de ideologias, até porque se torna performativa enquanto ato puro de linguagem. Os conceitos de tempo e de temporalidade estão, por isso, subjacentes aos processos históricos que inscrevem a reprodução das sociedades e a mudança social como fenómeno simultaneamente homeostático e disruptivo. As abordagens sobre a estruturação social de Giddens (1984) e de Archer (2003) são particularmente relevantes neste campo. São-no igualmente as abordagens de Martins (1974) que concluem sobre a dificuldade dos paradigmas teóricos, entre os quais o estruturo-funcionalismo e o interacionismo simbólico, pela sua natureza ordenativa, na forma de expor os fenómenos sociais, distinguirem, de forma objectiva, o tempo e a temporalidade da mudança.

Neste texto vamos-nos preocupar com a relação entre o tempo e as identidades e a construção ativa da democracia, tomando em consideração o tempo como objecto e recurso de poder. A ideia principal que nos orienta é a de que apesar de o tempo e a temporalidade constituírem dois eixos centrais de realização da democracia, observa-se que as divisões e as clivagens entre grupos sociais e entre sociedades estão hoje acentuadas e surgem como ameaças constantes à construção do tempo social numa ótica de coesão social. Facto que se enuncia pela fragilidade das figuras do Estado democrático assegurarem uma intervenção política sobre o tempo, nas suas múltiplas formas e tal como vivido e experienciado pelos atores sociais.

Assim, num primeiro ponto, refletimos sobre a relação entre tempo e identidades e política. Num segundo ponto, introduzimos as dimensões da cidadania e da democracia, procurando mostrar algumas medidas concretas de sinalização do tempo como objeto de política.

1. Tempo, identidades, política e sociedade

A identidade, como processo em construção, é inerentemente temporal. O ator social move-se, em simultâneo e de forma mais ou menos consciente, em múltiplas escalas e níveis de tempo, incluindo o histórico e antropológico. Há, assim, vários modos de perspectivar a relação entre tempo e identidade.

Para efeitos desta exposição, importa mencionar o conceito de socialização que, ao ser central na definição das identidades, expressa a forma como as estruturas sociais são internalizadas e surgem exteriorizadas pelos atores nos tempos quotidianos. Adotando o esquema proposto pela teoria da estruturação de Giddens (1984), assim como os pontos de vista sobre a convergência entre acção e estrutura propostos por Elias (1995) e Bourdieu (1964), diremos que expressa, também, a temporalidade inscrita do processo de socialização que, tendo correspondência na formação do *habitus*, revela o modo como as estruturas interiorizadas são objeto de interpretação e de ação por parte dos atores (agentes) e, por isso, são objecto de mudança, modelação e criação.

Assim, o tempo não surge só como uma estrutura que temporaliza as ações inscritas pela socialização. Apresenta-se também como um fato social, isto é, como um conjunto de normas (sobre o que fazer e quando), de expectativas e de modos de entendimento e de valorização da profundidade e da extensão tanto do futuro, como do passado. Ademais, constitui-se de um conjunto de normas sobre como distribuir o tempo, em que quantidades e com que sequência e ordem de prioridade. Normas que, apesar de poderem ser mudadas por ação dos atores ou por ação da governação e de outras transformações, se constituem no tempo como marcadores identitários de indivíduos, grupos e comunidades. A este respeito, mencionemos Grossin (1996) que, na linha de vários autores que estudaram a relação entre os traços culturais contextuais e as culturas organizacionais (por exemplo, Hofstede, 1980), ou a relação direta entre as estruturas temporais e a cultura propõe a existência de “esquemas culturais temporais”. Expressão que designa esse conjunto de normas sobre modos de representar, perceber e usar o tempo. Um sistema de normas através do qual se contribui para integração dos sujeitos sociais, mas de uma forma funcional e desigual, pois essas normas temporais instituem papéis, expectativas temporais e durações de forma desigual a cada lugar social (de acordo com variáveis estruturais como o género, a idade, a etnia, a classe, a nacionalidade).

A relação entre tempo – na dupla dimensão, como estrutura interiorizada e como conjunto de normas, valores - e a identidade é aparentemente evidente. Primeiro, a identidade é um processo temporal e temporalizado, condicionado pelas normas que vinculam uma sociedade, um grupo, uma classe social, uma

organização. O modo como Herbert Mead explica a construção do *eu* e do *mim* é absolutamente temporalizado. Segundo, a identidade reflecte-se na forma como os indivíduos gerem esses esquemas normativas e lhes atribuem valor. Um processo que depende dos jogos de aproximação e de distanciamento que caracterizam a simbólica das relações sociais.

Em síntese, podemos afirmar que nas sociedades ocidentais os dispositivos de normalização, valorização e controlo do tempo estão intimamente ligados aos processos sociopolíticos de construção de modelos sincrónicos e estandardizados de organização do tempo. A sociedade, no seu todo, apresenta configurações específicas de organização, interdependência e controlo do tempo que são interiorizadas através dos processos de socialização e, ao mesmo tempo, filtradas e moldadas pelos esquemas de valorização e organização do tempo das classes sociais de pertença, assim como de outros grupos que possam ser vinculativos na experiência social do indivíduo.

A inclusão do conceito de tempo na análise das identidades, permite assinalar, especificamente, a dimensão do condicionamento social sobre a ação humana, através de diversas agências, entre as quais a família e a classe social de origem como entidades primárias de inscrição de valores; os média; as organizações educativas e de trabalho; e os próprios processos de interação e comunicação social, hoje mediados por tecnologias com grau elevado de sofisticação.

Desse ponto de vista, a quantidade de tempo e a (im)possibilidade de dispor de autonomia para administrá-lo configuram eixos de definição identitária dos indivíduos e dos grupos sociais, assim como de distinção social. A sociologia do lazer e a sociologia do consumo, por exemplo, demonstram bem como o jogo social do prestígio, associado à posse de objectos e de bens, faz surgir maneiras específicas de gerir, administrar e valorizar o tempo, assim como um certo planeamento de usos do espaço (traduzido no poder escolher usar o tempo como e onde quiser).

Alguns dados relevantes que importa mencionar para este efeito referem-se a padrões definidos no âmbito de estudos sociológicos aprofundados sobre os usos e as representações do tempo: sempre percorremos a hierarquia social de modo ascendente, aumenta o tempo disponível para um tipo de lazer que envolve a compra de tempo e a ruptura do espaço físico, aumenta também o grau de autonomia na gestão do tempo de trabalho e, portanto, a flexibilidade no uso do tempo destinado a cada tarefa. Aumenta ainda o controlo e a possibilidade de autodisciplina do tempo, assim como a capacidade para o adiamento de recompensas e para apreciar o passado como componente identitária. Não quer dizer, no entanto, que diminua a densidade o tempo.

Em termos de género, admite-se que os processos de socialização são praticamente destinados a pôr o homem e a mulher num certo lugar social (definido pelo saber o que fazer e quando), tendo sido observado que essa quantidade de tempo está estritamente dependente da divisão sexual do trabalho que ainda continua a ser desigual entre homens e mulheres. As mulheres, embora dependendo da classe social, figuram no ordenamento temporal ainda instituído como responsáveis pela continuidade social e pela reprodução, o que lhes confere uma “situação” temporal subalterna em relação ao tempo dos homens, sujeita a maior controlo social em tudo o que respeite as normas temporais, algumas das quais com fundamento religioso e moral (fazer o quê e quando).

Os estudos aos orçamentos do tempo, assim como as investigações sobre as condições de vida das populações são relevantes, evidenciam, embora com recurso a categorias nem sempre precisas e capazes de captar o dinamismo da realidade social, como se distribui o tempo conforme as atividades sociais e que ritmos de vida caracterizam as populações (Perista, 2010).

Tal como dissemos antes, a construção identitária, por mais que dependa dos outros e seja inscrita em modelos de comportamento previamente definidos, é também um processo fenomenológico, que implica a consciência do ser humano e a sua subjetividade no mundo. Tanto a fenomenologia, como o interacionismo simbólico marcam a pertinência das orientações temporais na definição da expectativa e das motivações individuais, descrevendo o tempo (e a construção identitária) como um processo constante de reflexividade, através da qual os indivíduos vão interpondo nas suas ações e motivações “vedações” temporais que o

ajudam (conforme o papel social e os dispositivos de controlo social sobre o exercício deste) a criar sentido e a orientar-se na vida.

Os contextos de definição identitária e de expressão identitária são movidos por interesses e por conflitos. Nesse sentido, a identidade torna-se objecto de poderes, sendo que uma das formas de manifestação desses poderes se prende com as quantidades de tempo de que dispõe e dos graus de autonomia e independência que tem para geri-los. Estar desempregado é estar forma do ritmo social dominante. Ter mais ou menos dinheiro e rendimentos permite comprar mais ou menos tempo aos outros – como cuidados a crianças, a idosos ou para tarefas domésticas, entre múltiplas outras e em troca, obter tempo próprio ou tempo para outra atividade.

Tal como afirma Durkheim: “o tempo não está organizado por si mesmo, mas em função do tempo de todos os homens de uma mesma civilização” (Durkheim, 1994, p.14).

Assim, o tempo é uma fonte e um recurso de poder (Schwartz, 1979). É objecto de manipulações práticas e discursivas, conscientes e inconscientes. Quando um político se oferece a falar do passado toma normalmente, ou uma linha argumentativa sobre o carácter extraordinário e a nostalgia desse tempo no qual pretende alicerçar a identidade de um grupo e, por vezes, de um povo (por exemplo, na altura das comemorações), ou a necessidade de rutura com esse tempo e instauração de uma nova orientação e de uma nova *praxis*. Lembremos que esta é uma característica da *práxis* discursiva dos momentos de tomada de posse de novo governo ou de busca de legitimação para a introdução de mudanças das quais os próprios governos se sentem reféns.

A relação entre tempo, política e identidades envolve um primeiro nível, relativo à atuação da política sobre os esquemas e os ordenamentos temporais (tanto a nível macro, como micro), e um segundo nível, relativo ao poder de que dispõe o discurso político para constituir, reforçar ou aniquilar identidades.

Chegamos, de novo, a um terreno muito denso, do ponto de vista empírico. Trata-se de assumir que as identidades se definem em contextos de relação de forças entre atores, sistemas e grupos e que nesse processo, o tempo não é só um constituinte da ação, mas é um objecto sujeito a controlo e a administração e gerido com base em normas e expectativas socialmente condicionadas.

Por outras palavras, diremos que a política e os poderes públicos podem impor e condicionar comportamentos, através da manipulação a que sujeitam o tempo dos indivíduos, dos grupos, das organizações e os consideram, ou não, nas medidas de intervenção.

A idade legal é um ótimo exemplo para demonstrar como a política se intersecta com o tempo social e pode ou não coincidir com ele: ela determina o que é esperado de um indivíduo, atingida uma certa idade. O código do trabalho é outro bom exemplo, assim como a idade da reforma. Mas, o direito é em si, todo um compósito complexo de normalização temporal. A par destas regras coincidem todas as outras de foro cultural e com fundamentos religiosos, extremamente imperativas sobre o que se pode ou não fazer e quando. Há ainda vários outros sistemas normativos que estão implícitos aos processos de comunicação humana moderna e que se destacam pelo modo como, em conjunto com vários outros elementos, as tecnologias co-produzem normas de orientação temporal, assim como verdadeiros sistemas de reciprocidade temporal altamente reguladores de vários processos sociais, inclusive do envelhecimento e degenerescência humana.

Interessa destacar do ponto de vista sociológico que o tempo é um objeto de política, além de estar inscrito e determinar a duração da própria política. Quer isto dizer que muitos dos desencontros que a análise sociológica tem demonstrado entre o exercício da cidadania e a política passam por, envolvem e têm impacto sobre as quantidades de tempo e sobre a experiência do tempo. Os processos sociais são dinâmicos e nas sociedades de consumo surgem a grande velocidade novas manifestações de regulação temporal, disrupção temporal ou de imposição ou interiorização de novas normas, umas incidindo sobre a temporalidade social (por exemplo, a idade socialmente esperada para ter filhos, casar ou ter casa e emprego), ou sobre a temporalidade biológica (por exemplo, o comportamento socialmente cada vez mais esperado de uso de técnicas sofisticadas de controlo do efeitos do tempo na degenerescência do corpo).

A “política do tempo” toca, então, nas tomadas de decisão política que produzem efeitos sobre a vida dos sujeitos sociais e os grupos a que pertencem e que os constroem, limitam e direcionam. Deste ponto de vista, precisaremos de retomar uma ideia central em sociologia: se as representações, percepções e usos do tempo (sob a perspectiva do cotidiano e do tempo biográfico e histórico) são resultado de esquemas culturais temporais instituídos e cultivados através da ação diária das instituições e dos próprios atores nos grupos em que participam e através das suas respostas individuais – em si entendidos como marcadores de identidade – também são produto de estruturas mais profundas que instituem visões do mundo acerca do que merecem, ou não, certos grupos, indivíduos ou sociedades. É neste sentido que os “esquemas culturais temporais” – que distribuem os modos legítimos de usar o tempo – funcionam como dispositivos de justificação de várias formas de dominação e de poder, os quais atuam na definição das expectativas e das aspirações sociais, limitando-as, constroendo-as ou amplificando-as e expandindo-as.

Estes processos de construção e definição identitária estão assumidamente delimitados pelas estruturas de classes e poder que marcam as sociedades, mas são, em simultâneo, resultado de processos historicamente movidos por transformações culturais que extravasam os dispositivos normativos tradicionais inscritos pelos grupos de socialização tradicionais.

Os estudos mais recentes em que debatem a emergência de novas culturas do tempo enfatizam o efeito das ruturas entre o tempo social e o tempo natural sobre as identidades individuais. Os autores (Lasch, Quick & Roberts, 1998) propõem, entre outros, o domínio da incerteza, a falta de segurança ontológica, o *presentismo*, a descontinuidade e a fragmentação como eixos compósitos estruturantes de um modo de vida marcado e definido “identitariamente” pela integração da tecnologia nos atos quotidianos e, inclusive, íntimos da vida (Araújo, 2011).

Citemos, em língua original, alguns dos autores mencionados acima (Lasch, Quick & Roberts, 1998, p.1) e que escrevem o seguinte:

“Fear of the dissolution of time and value in the face of the Millennium pertains not only to those who experience apprehension and *ressentiment* at the implosion of tradition, but also to a younger generation – in the most “wired” zones of our global cities. These neo-tribalists and techno-anarchists, who would applaud the collapse of received values after 2000, and who might thus celebrate apocalypse, nonetheless register the insidious inevitability of ecological degradation. It is difficult to confront planetary catastrophe as a Millennium to be greeted with *amor fati* of Nietzschean laughter”.

Acrescentam os autores:

“Now, once again there is another sense of the end of history. Confronted with the Third Millennium there is a foreboding at the dissolution of intelligible time, the time of the Western order. On the one hand, there is anxiety about the emergence of the as-yet unintelligible catastrophic times in which values are seen to disappear. On the other, there is unease that the ends of history and of intelligent time could bring with them uncharted revivals of value and of the sacred”.

Os autores pretendem mostrar que a “pós-modernidade” se caracteriza pela emergência de novos modos de estar no tempo e com o tempo que interrogam os esquemas tradicionais dualistas característicos da modernidade, nomeadamente a respeito da separação entre o tempo como fato da vida e os valores e sentidos dessa vida. Segundo os autores, a temporalidade do mundo da vida integrava os valores que caracterizam as sociedades, no período anterior à revolução industrial, ponto a partir do qual os valores se separam do tempo, transformado em mercadoria e num sistema de mediação e de controlo abstrato. Por isso, a “pós-modernidade” corresponderia a abertura em espiral dos valores e do tempo e, sobretudo, ao surgimento de novas configurações temporais que desafiam os esquemas tradicionais de valorização e, inclusivamente, de nominalização.

Em certo sentido, partilhamos desta visão sobre a necessidade de construir novos esquemas de interpretação e valorização do tempo, mediante novos modos de vida e novos constrangimentos. Todavia, consideramos necessário integrar e manter uma perspectiva de análise que mostre como e onde, na emergência desses novos sentidos e no desbravar de novas nominalizações (repare o que ocorre necessariamente a respeito da

definição de lazer, tempo livre e tempo de trabalho e, inclusive do conceito de desemprego e de desempregado hoje, assim como tempo masculino e tempo feminino), se encontram as estruturas de poder e de regulação e que variáveis – ou complexos de variáveis- estão aí envolvidas. Isso na medida em que, apesar dessas mudanças e novas uniões entre tempo e valor fazerem sentido, em convergência com sociedades em que o real se constrói intimamente com o irreal e o imaginário (Baudrillard, 1998), ser o real (a relação e o poder de dispor de recursos) que se impõe na vida dos sujeitos e reclama a intervenção direta das instituições.

A controvérsia é vasta no que concerne às características dos ordenamentos temporais contemporâneos e à sua singularidade no processo histórico. Deve registrar-se, principalmente, o surgimento de diversas análises que rebatem a tese sobre o aumento da aceleração nas sociedades contemporâneas e sobre a experiência de fragmentação temporal. Todavia, o grande manancial de estudos continua bastante focado sobre os processos transformativos que ocorrem tanto ao nível das estruturas de tempo, como ao nível da percepção e uso do tempo. Independentemente das similitudes que possam ser classificadas no que respeita ao modo como cada sociedade experimentou o tempo e o entendeu como recurso, observe-se que, a partir da introdução do sistema estandardizado e mecânico de ordenação do tempo (pelo relógio), o processo de evolução tem sido imparável no que se refere ao desenvolvimento de objectos tecnológicos e processos de trabalho cada vez mais orientados para a eliminação e/ou redução das quantidades de tempo “gastas” em tarefas, processos e atividades.

Os tempos e os regimes temporais da tecnociência são determinantes sobre modos de vida social, inclusivamente, sobre as durações e os intervalos dos processos sociais (isto é, das temporalidades “onde” se desenrolam as ações), tendo impacto em todo um conjunto fenómenos tradicionalmente analisáveis e delimitáveis segundo regras e esquemas que não se adaptam mais: desde a alimentação, á gestão do tempo individual e familiar, passando pela planificação e estratégia militar e de defesa nacional.

Por exemplo, as migrações e as mobilidades que se instalam como imperativas hoje, muita coisa está a mudar em tudo o que respeita à gestão das sociabilidades e das distâncias físicas entre indivíduos e ao surgimento de novas modalidades de convivência familiar marcados por um outro modo de viver “junto, mas separado”, através do uso esquematizado, constante e omnipresente das tecnologias de comunicação. O fato de podermos pensar na reprodução humana fora do útero feminino em larga escala é em si, uma das grandes demonstrações sobre a forma como os tempos e os ritmos naturais desaparecem aos poucos dos ritmos sociais e dos políticos.

2. Democracia, debate e intervenção sobre o tempo

De forma sintética, podemos afirmar que a política, como actividade de gestão da “coisa pública”, e enquanto acção e discurso, reflecte-se de várias formas nas temporalidades, nos tempos e nos ritmos sociais. Têm, além disso, alcance, não só sobre o presente, mas também sobre o futuro (Adam, 1990;) das sociedades e de diversas formas (por exemplo, na planificação tecnológica, nos modelos educativos, na saúde das populações, na demografia, na protecção e segurança social dos mais idosos e menos aptos...). Tal como afirma Dunmire (2005:484):

"political discourse lies in its construction and representation of future realities and the rhetorical function those representations serve in implicating more immediate material and discursive practices and actions".

Podemos delimitar, de entre essa vasta multiplicidade, quatro áreas de intervenção mais concretas em que a operatividade das intervenções sobre o tempo surge mais evidente:

- Tempo, vivência social, comunicação e interação
- Tempo ocupado e tempo livre, tempo comprado e tempo vendido e características do ritmo social
- Tempo, horizonte e mundo natural
- Tempo social e o tempo mecânico

Uma das ideias mais importantes necessário destacar é o fato de haver uma pressuposição marcadamente individualizada sobre a percepção e os usos do tempo, por parte dos poderes públicos e por parte da política, em geral.

Com efeito, o tempo, suas quantidades e formas de gestão são claramente perspetivados nas sociedades ocidentais e, mais claramente naquelas marcadas sistemas de protecção social fracos e com débil planificação em relação ao futuro, por um quadro de ação política marcado por duas características: i) orientação para o presente e ii) atribuição individualizada da responsabilidade sobre os usos do tempo.

A primeira destas características revela a atenção da política sobre a acção quotidiana e a resolução de problemas no tempo presente, mas demonstra a deficiência na tomada em consideração do futuro como tempo inscrito no presente e, portanto, merecedor da ação política no tempo imediato, no sentido da planificação, da reserva, da poupança e da precaução. Não há, de entre as diversas abordagens e estudos sobre o tempo e as culturas e o tempo e o desenvolvimento económico e social nenhum estudo que tenha vincado a vertente positiva das orientações de política temporalmente orientadas para o presente, por mais constrangimentos que esta ação política possa evidenciar, no sentido do futuro. Pelo contrário, os estudos têm proposto a necessidade de incluir mais o futuro na ação política do presente, de forma a proteger as próximas gerações do colapso e da catástrofe (Adam, 1990; Urry, 2002).

Acontece que esta política exige uma panóplia de instrumentos, investimentos e processos, cujos resultados não são tangíveis e objectivamente mediáveis no tempo presente, podendo ser objecto rápido de camuflagem e de suspensão por parte da ação política, particular e paradoxalmente se esta se rege pelos princípios da eleição popular que é, como se sabe, cíclica. Vários autores alertaram para a fragilidade da democracia como sistema político adequado à gestão da temporalidade futura das sociedades (Hope, 2009, Carvounas & Ireland, 2008), justamente devido ao fato de a sua fonte de alimentação estar no presente e ser temporalmente circunscrita a temporalidades curtas (Chesneaux, 1996).

A segunda característica resulta da tipologia da relação entre Estado e cidadão que nas sociedades do sul da Europa se têm inscrito num quadro valorativo muito centrado sobre a responsabilidade individual e/ou familiar de tudo o que respeita ao tempo “livre”, na aceção de “tempo não remunerado” cuja gestão está nas organizações de trabalho, embora sob os auspícios das temporalidades inscritas pelo direito e por um sistema de regras. Deste ponto de vista, a maior parte dos fenómenos de uso do tempo passam a circunscrever-se e a considerar-se no âmbito do espaço privado individual e familiar.

Pôr o tempo em relação com as identidades e a política implica mudanças nestas características das representações e das práticas.

Em primeiro lugar, implica considerar a necessidade de alargar a orientação da ação política para o futuro, revitalizando a própria política e autonomizando-as das pressões mediáticas e económicas. Implica considerar as “disjunções entre capitalismo e democracia”, tal como referem, entre outros, Hope (2009, p.66) e Rosa & Scheuerman (2009). No caso de Portugal, o desafio da discussão do tempo e dos tempos sociais representará, porventura, hoje um luxo, face ao retrocesso a que se assiste na área da intervenção e da responsabilização pública em áreas tão relevantes como a educação e a saúde, em que a problemática do tempo é central para a gestão da vida dos indivíduos e das suas comunidades. Será de prever, inclusive, viragens e transformações nas rotas das migrações internas provocadas justamente pela injustiça social criada em redor do tempo e das distâncias físicas aos serviços, aos bens, aos recursos.

As teses são várias acerca do futuro dos Estados e acerca das melhores formas de articulação entre política e tempo (e temporalidades). Destacamos as de Hope (2009) e de Rosa e Scheuerman (2009) porque constituem dois autores cujo pensamento articula os níveis das temporalidades e dos tempos regionais e locais, com os níveis mais abstratos, mas fundamentais, das temporalidades das configurações económicas e políticas mundiais e globais. Hope (2009) apresenta um quadro de pensamento que passa, designadamente pela tese sobre a subserviência das políticas nacionais dos Estados às políticas e às tendências de evolução globais, geridas por Estados e centros com mais poder de controlo de recursos e com mais capacidade para gerir os compassos de tempo e de espera. Afirma Hope (2009) que a regulação exercida por entidades supranacionais

pode reduzir a autoridade temporal dos Estados e que, assim, os governos ficarão cada vez mais sujeitos a responder a temporalidades globais, fora do seu controlo.

Exactamente na mesma linha do que vários outros autores têm proposto a leitura que fazem sobre a fragilidade inerente da democracia que destila da sua periodicidade e dependência da opinião pública e, portanto, também dependente de factores que extravasam a apreciação popular sobre a “boa maneira de governar” (Chesneaux, 1996; Leccardi, 2010; Araújo, 2011), Hope (2009) afirma que, a menos que a política se autonomize e sobreponha na defesa dos interesses das populações, os governos ficarão cada vez mais sujeitos a alterar e reformular promessas eleitorais e que, por isso, as democracias e os modelos eleitorais que as caracterizam ficarão mais frágeis. O autor alerta, muito especialmente, para a falta de tempo na tomada de decisões políticas e, sobretudo, para a avaliação das suas consequência e efeitos futuros sobre as populações e sobre as suas condições de sobrevivência.

Tal como já argumentámos (Araújo, 2011, p.36-7): “A política de tempos implica uma reflexão sobre estes modos interiorizados de responder a modelos de organização macroglobais, assim como estratégias de intervenção social especialmente orientadas para a redução das desigualdades sociais. Esta política de tempos é extensível a fenómenos menos visíveis, mas reais, que se referem à relação dos sistemas sociais e económicos com o mundo natural e com o ambiente, e trazendo o tempo, sobretudo enquanto modalidade temporal (passado, presente e futuro), para o centro do debate na filosofia da ciência, não fossem a Ciência e a Razão duas das principais forças propulsoras do tempo moderno”.

Em segundo lugar, implica considerar, no sentido argumentado por Habermas sobre a construção da democracia deliberativa, o espaço público como espaço político, de realização, debate e eventual superação de formas de regulação do tempo. Esta translação e interiorização por parte dos cidadãos e dos poderes públicos dos problemas do tempo para o debate da esfera pública, e de forma objectiva, trará a promoção e legitimação da discussão democrática e mais justa sobre as regras, explícitas e implícitas de administração do tempo que podem actuar sobre diversos níveis, entre os quais:

i) a segurança, na medida em que a explicitação do tempo como problema social e a discussão das soluções adequadas à resolução dos seus efeitos contribuem para que os cidadãos se sintam mais seguros do seu quotidiano e possam gerir a incerteza dos imprevistos recorrendo a sistemas de regras e expectativas pré-existent; ii) a flexibilidade, pois garante a existência de mais formas de atuação consentâneas com a complexidade da vida social, permitindo adaptação de respostas dos indivíduos e das famílias; iii) a intervenção sobre a organização espaço-temporal dos espaços e dos territórios, a nível nacional e regional ou local, nomeadamente atendendo às redes de transportes, cuidados a crianças e idosos, serviços de apoio doméstico e atendendo à promoção da justiça social a este nível; iv) a intervenção sobre os esquemas legais reguladores das articulações entre vida privada e familiar e vida profissional, designadamente através da explicitação e da adequação das regras de progressão/promoção/acesso ao emprego e sobre os seus efeitos na vida dos homens e das mulheres; e, finalmente, v) a promoção da participação e do debate público sobre os tempos sociais, na sua globalidade, incluindo a não discriminação social conforme as desigualdades a disposição do tempo e nos usos do tempo.

Conclusão

O texto desta comunicação teve um propósito reflexivo. O seu objetivo consistiu em apresentar a relevância em pensar mais alargada e institucionalmente a necessidade da sociologia do tempo, como área de desenvolvimento de uma crítica social à forma de fazer e entender a política hoje. Conferimos especial atenção à relação entre tempo e identidade, propondo a necessidade de tomar consciência do efeito da política sobre as “condições” e os “projetos” identitários dos indivíduos e dos grupos. A reflexão sobre a articulação entre democracia, política e tempo social é ainda incipiente, mas começa a indicar a urgência de transformação da política, para uma intervenção compatível com a sustentabilidade temporal dos indivíduos, grupos e sociedades (Shouten, Augusto, Araújo, Sousa e Simões, 2012, p.160), ainda que as bases da estrutura da distribuição do tempo pareçam ser movidas por normas de valores que, a seu tempo, conformam os grupos, os indivíduos e até sociedades inteiras, aos seus lugares de tempo e de temporalidade, no interior

de escalas e de hierarquias de poder – por exemplo, merece destaque o quadro da relação e distanciamento temporais entre alguns países da EU, como Portugal.

Desenvolvimentos desta exposição serão apresentados em posterior publicação.

Referências bibliográficas

Adam Barbara (1990). *Time and Social Theory*. Philadelphia, Temple University Press.

Araújo, Emília (2011). A política de tempos: elementos para uma abordagem sociológica, *Política & Trabalho*, 34, 19-40.

Archer, Margaret (2003). *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Baudrillard, Jean (1998). *O paroxista Indiferente*. Lisboa : Edições 70

Bergmann, Werner (1992). The Problem of Time in Sociology: An Overview of The Literature on State, *Time & Society*, 1, 81 -134.

Bourdieu, Pierre (1964). La société Traditionnelle – Attitude à L'égard dut Temps et Conduite Économique, *Sociologie du Travail*,1, 24-44.

Carvounas, David & Ireland, Craig (2008).Precariousness, the SecuredPresent and the Sustainability oftheFutureLearning from Koselleck and extrapolating from Elias, *Time & Society*, 17, 2/,155–178.

Chesneaux (1996). *Habiterletemps: passé, présent, futur: esquisse d'undialoguepolitique*. Paris:Bayard

Dunmire, Patricia. (2005). Preempting the future: rhetoric and ideology of the future in political discourse, *Discourse and society*, 16(4), 481-515

Durkheim, Emile [1994 (1912)].*Les Formes Élémentaires de La Vie Religieuse*, Paris :Quadrige..

Elias, Norbert (1997). *Dutemps*. Lisboa: Difel.

Evans – Pritchard, E.E. (1940). *The Nuer. A description of the modes of livelihood and political institutions of a Nilotic people*.Oxford: Oxford University Press

Gell, Alfred (2000). *Time and Anthropology*.In P. Baert (ed.) *Time in Contemporary Intellectual thought* (pp. 251-268). Amesterdão: Elsevier.

Giddens, Anthony (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.

Grossin, William (1996).*Pour une science des temps*. Paris: Octarès.

Hofstede, Geertz (1980). *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*. Sage

Hope, Wayne (2009). Conflicting Temporalities State, nation, economy and democracy under global capitalism, *Time & Society*, 18, 1, 62–85.

Lash, Scott, Quick, Andrew & Roberts, Richard (1998) (eds.). *Time and value*.Oxford: Blackwell

Leccardi, Carmen (2010). Accélération du temps, crise du futur, crise de la politique. Texto policopia do apresentado em Temps de crises et crise des temps , Journée d'étude. 17 de setembro, Paris.

Martins, Hermínio (1974) .Time and Theory in Sociology.In John Rex (ed.) *Approaches to Sociology - An Introduction to Major Trends in British Sociology* (pp. 246-294). London: Routledge and Kegan Paul..

Martins, Hermínio (1998).Technology, Modernity, Politics. In Jim Good & Irving Velody (eds).*The politics of Postmodernity* (p. 152-18).Cambridge :CambridgeUniversityPress,.

Perista, Heloísa (2010). Mulheres, homens e usos do tempo - quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?,*Revista de Estudos Demográficos* ,47, 47-64.

Rosa, Harmute Scheurman, William E. (2009) (eds). *High-Speed Society: Social Acceleration, Power and Modernity*. Philadelphia: Penn State University Press.

Schouten, Johanna; Augusto, Amélia; Araújo, Emília e Simões, Maria João (2012). *Relatório Final do projecto Tempo e Tecnologia: um olhar sobre o género para o contexto português*. Covilhã: Universidade da beira Interior.

Shwartz, B. (1979). Waiting, Exchange and Power: The Distribution of Time in Social Systems, *American Journal of Sociology*, 79, 841-70.

Urry, John (2002). Sociologia do Tempo e do Espaço, In Bryan S. Turner, (org.); *Teoria Social* (pp. 377-403). Lisboa: Difel.